



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 5573

**Presidente da Mesa Diretora:** Ademar de Barros Bicalho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Normas, obrigações, proibições e regulamentos

**Autoria:** Eurípedes Xavier

**Data:** 03/09/2002

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 88/2002. (VETADO). Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de segurança nas casas lotéricas, correspondentes bancários e bancos postais localizados no Município de Montes Claros e dá outras providências. (OBS: Recebeu veto integral do Poder Executivo - ver flash 5881).

**Controle Interno – Caixa:** 17    **Posição:** 50    **Número de folhas:** 08

---

Espécie: PL  
Categoria: Normas  
Cr: 17  
Ordem: 50  
nº fls: 06



88/2002  
29.10.2002

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.002

AUTOR:

VEREADOR – LIPA XAVIER

ASSUNTO:

Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de segurança nas

Casas Lotéricas, correspondentes bancários e bancos postais localizadas no

município de Montes Claros e dá outras providências.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 03/09/2.002
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - VISTAS POR 3 DIAS EM. 22.10.2002
- 4 - REFEITADO O PARECER DA COMISSÃO -
- 5 - APROVADO EM REGIME DE URGÊN
- 6 - CIA EM. 29.10.2002
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Projeto de Lei Nº \_\_\_\_/2002

*Handwritten signature and date: 02.09.2002*

Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguranças nas Casas Lotéricas, Correspondentes Bancários e Bancos Postais localizados no município de Montes Claros e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG aprova a seguinte Lei:

**Artigo 1º** – É obrigatório o serviço permanente de vigilância nas Casas Lotéricas e Correspondentes Bancários conveniados à Caixa Econômica Federal – CEF, e nos Bancos Postais conveniados à Empresa de Correios e Telégrafos – ECT localizados no Município de Montes Claros/MG

**Parágrafo Único** – Os vigilantes de que trata o caput deverão ser, necessariamente, regularizados de acordo com a Lei 7.102/83, com o Decreto 89.056/83 e com a Portaria 992/95, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

**Artigo 2º** – Cada Casa Lotérica, Correspondente Bancário ou Banco Postal fica obrigado a ter, no mínimo, dois vigilantes, e Plano de Segurança aprovado pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

**Artigo 3º** – A fiscalização do disposto na presente Lei fica a cargo do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

**Artigo 4º** – O descumprimento do disposto na presente Lei sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei 7.102/83 e na Portaria 992/95.

**Artigo 5º** – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

**Artigo 6º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 02 de setembro de 2002.

*Handwritten signature of Vereador Lipa Xavier*  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
 À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
 EM 05 DE SETEMBRO DE 2002  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

ILLEGAL - INCONSTITUCIONAL

[Assinatura]  
[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
 APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGENCIA  
 EM 29 DE OUTUBRO DE 2002  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

Vereador [Assinatura]  
 PCDB



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2002 QUE “ Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguranças nas Casas Lotéricas, Correspondentes Bancários e Bancos Postais localizados no município de Montes Claros e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Lipa Xavier.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Trata-se de Projeto de Lei que versa sobre a obrigatoriedade de serviço permanente de vigilância nas Casas Lotéricas e Correspondentes Bancários conveniados à Caixa Econômica Federal – CEF, e nos Bancos Postais conveniados à Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, localizados no Município de Montes Claros.

O presente projeto de lei fere a Constituição Federal uma vez que, vai contra o que dispõe os artigos 21 incisos VIII e X, 22 incisos V e VII, 48 inciso XIII, 163 inciso V e 192 inciso IV e a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

Portanto, não há que se falar em constitucionalidade e legalidade no supra citado Projeto, senão vejamos:

Fulcrado no art. 21, incisos VIII e X, compete à União administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada e, manter o serviço postal e correio aéreo nacional.

No sentido, o art.22, incisos V e VII nos remete que, compete privativamente à União legislar sobre o serviço postal e política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

O art.48, inciso XII, reza que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, em especial sobre matéria financeira, cambial e

*gru...*





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

monetária, instituições financeiras e suas operações, deixando claro que foge à competência do Município e da Câmara Municipal legislar sobre a questão objeto do já mencionado projeto. ( grifo nosso )

Ainda, o art. 163, inciso V, prevê que somente lei complementar poderá dispor sobre a fiscalização das instituições financeiras, descartada tal possibilidade uma vez que, não se trata o projeto de lei em apreço, de lei complementar.( grifo nosso )

Ademais, o art.192, incisos I e IV, que dispõe sobre o sistema financeiro nacional, corrobora a imprescindibilidade de Lei Complementar para regular, dentre outras matérias, sobre a autorização para o funcionamento de instituições financeiras e sobre a organização, do funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas.

Cumprе ressaltar, que o nobre vereador menciona no projeto em epígrafe a Lei Federal nº 7.102/83 e o Decreto nº89.056 de 24 de novembro de 1983, que dispõe sobre a "vigilância".

Colacionando-se o art.1º do referido decreto: "é vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimento de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desse Regulamento." ( grifo nosso )

Ainda, no art.3º, "o estabelecimento financeiro ao requerer a autorização para funcionamento deverá juntar ao pedido o plano de segurança, os projetos de construção, instalação e manutenção do sistema de alarme e demais dispositivos de segurança adotados." ( grifo nosso )

Evidente, portanto, que já existe normatização a respeito da questão, tornando desnecessário tal proposição e, com fulcro no art.3º da Lei de Introdução ao Código Civil temos, "ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece". Assim, não cabe ao município legislar sobre tal matéria, mesmo por que não detém competência para tal.

*grifo*





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Ressalta-se ainda, que o nobre vereador em seu projeto, art.2º, menciona que cada Casa Lotérica, Correspondente Bancário ou Banco Postal fica obrigado a ter, **no mínimo, dois vigilantes,** e plano de segurança aprovado pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, contrariando assim o art.6º do Decreto que dispõe, "**o número mínimo de vigilantes adequado ao sistema de segurança de cada estabelecimento financeiro será definido no plano de segurança ( art. 2º do decreto ), observados, entre outros critérios, as peculiaridades do estabelecimento, sua localização, área, instalações e encaixe."**

***Ex positis,*** o Projeto de Lei fere e contrária as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Inconstitucional** e infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **illegal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 02 de outubro de 2002.

  
**Gabriela Regina Abreu**  
**Assessora Jurídica**  
**OAB/MG 81.617**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2002 QUE “ Dispõe sobre a revisão do anexo – II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2003.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em apreço estabelece que o Poder Executivo fica autorizado a retificar as Metas Fiscais Anuais – Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3033 de 16/07/2002 para o exercício de 2003, em função de reprogramação das receitas e despesas.

Não há que se falar em Inconstitucionalidade ou Ilegalidade no projeto em epígrafe, senão vejamos:

De fato, como se extrai do art.165, da Constituição Federal e art. 153 da Constituição Estadual, temos:

**Art.153 CE- Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**

- I- O plano plurianual de ação governamental;
- II- As diretrizes orçamentárias;
- III- O orçamento anual.

Com fulcro no art.51 da LOM, temos:

**Art.51- São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:**

- IV- matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Portanto, detém competência para a iniciativa do presente projeto, o Executivo Municipal.

O art.155 da LOM, nos remete: “ A Lei de Diretrizes Orçamentárias, compatível com o Plano Plurianual, compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre as alterações na Legislação tributária.”





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Conforme o art. 162, § único, da LOM, " **As dotações anuais dos Planos Plurianuais deverão ser atualizadas e incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.**"

Oportuno ressaltar, o art. 165, I, da LOM, pois:

## **Art. 165- São vedados:**

- I- **O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.**

A Lei Complementar nº 101/2000 traz várias inovações que deverão ser observadas na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias. Agora, além das exigências constitucionais, a LDO precisará atender aos novos conteúdos impostos pela LRF, bem como, ser acompanhada pelos Anexos de Metas e Riscos Fiscais. ( Arts. 4º e 5º da LRF), exatamente como propõe o projeto em apreço.

*Ex positis*, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Constitucional** e, tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **Legal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 31 de outubro de 2002.

  
**Gabriela Regina Abreu**  
**Assessora Jurídica**  
**OAB/ MG 81.617**